

XI SEUR – V Colóquio Internacional sobre comércio e consumo urbano

PROGRAMA MINHA CASA MELHOR E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE COMÉRCIO EM FEIRA DE SANTANA-BA

Claudio Ressurreição dos Santos
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Rio Claro, calsantos_fsa@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo foi compreender as implicações das políticas creditícias do Governo Federal, com ênfase no Programa Minha Casa Melhor para os espaços de comércio e consumo em Feira de Santana, com especial atenção para a rede de supermercados com ênfase no setor de eletrodomésticos, lojas departamentais, e as casas de materiais de construção civil. Entre os resultados encontrados verificou-se que a projeto Minha Casa Melhor constitui-se em um avanço social principalmente, por beneficiar os segmentos da sociedade de menor poder aquisitivo. No entanto, a crítica se dá pela programação do consumo não só da habitação (habitat) como também dos objetos: móveis, eletrodomésticos e eletrônicos pela tentativa de universalização do crédito (endividamento das famílias) e não pelo aumento direto da renda via política salarial.

Palavras-chave: Produção do espaço. Cidade. Comércio.

ABSTRACT

The purpose of this paper was to understand the implications of the Federal Government credit policies, emphasizing the *Minha Casa Melhor* (My better House) on the trade and consumption spaces in Feira de Santana, with special attention to the supermarket chain with emphasis on the home appliance sector, department stores, and the construction material stores. Among the results we have found that the project My better House is a social advancement mainly to benefit segments of the less affluent society. However, there is criticism about the consumption programming not only of the housing (habitat) but also of the objects: furniture, appliances and electronics by the attempt of universalization of credit (family debt) and not by the direct income increase via wage policy.

Keywords: Space production. City. Commerce.

1 INTRODUÇÃO

A ideia principal deste artigo é a contextualização do programa “Minha Casa Melhor”, embora ele faça parte de uma dinâmica maior, a do programa “Minha Casa, Minha Vida”, que, por sua vez, está atrelado aos circuitos econômicos da construção civil em Feira de Santana, com consequências para os espaços de comércio. A reflexão se deu em decorrência do aumento verificado nas vendas de eletrodomésticos, móveis, entre outros itens, a partir da implementação do programa Minha Casa,

Minha Vida, pois os mutuários adquiriam móveis e eletrodomésticos em um número muito grande de parcelas a juros altíssimos. Com a chegada, em 2013, da linha de crédito denominada do programa Minha Casa Melhor, os mutuários passaram a dispor de crédito especial, com juros de 5% ao ano, aquecendo, ainda mais, as vendas dos produtos. No entanto, quando essa linha de crédito chegou, grande parte dos mutuários do programa já estavam endividados com a aquisição de móveis e eletrodomésticos, via crédito disponível na praça, e com juros que beiravam os 16% ao ano.

A metodologia da pesquisa teve como suporte, num primeiro momento, levantamento bibliográfico, com consulta a artigos, monografias, dissertações, teses e documentos oficiais acerca da política creditícia do programa Minha Casa Melhor do Governo Federal; seguiu-se a obtenção de dados através de fontes primárias, como observações assistemáticas nas redes de supermercados, lojas departamentais e casas de materiais de construção, assim como entrevistas com gerentes dessas lojas. Num segundo momento foram utilizadas algumas reflexões feitas durante a elaboração da Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Rio Claro, apontando para a forte relação que esse programa creditício (Minha Casa Melhor) passou a imprimir no espaço de comércio de Feira de Santana, decorrentes do aquecimento das vendas no setor de móveis e eletrodomésticos e a instalação de novas lojas desse ramo na cidade.

O referido trabalho está estruturado em quatro tópicos: o primeiro em que estão expostos o objetivo e a metodologia do trabalho; o segundo, onde se apresenta o Programa Minha Casa Melhor no contexto da produção da cidade, evidenciando algumas implicações para a mesma; o terceiro, em que se reúnem as análises acerca desse programa e sua articulação com algumas formas de comércio como a rede de supermercados, loja departamental e as casas de materiais de construção; por último estão as considerações finais, quando se procurou atingir o objetivo proposto.

2 O PROGRAMA MINHA CASA MELHOR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE

Nesse sentido, faz-se necessário uma rápida contextualização dos circuitos econômicos que constituem parte da produção do espaço da cidade de Feira de Santana, destacando alguns percentuais acerca do número de pessoal ocupado, o que são reveladores da magnitude do setor de serviços e comércio para a geração de emprego e renda desse município com base no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS - 2013 (Relação Anual de Informações Sociais), adaptado. O setor de serviços é o que mais emprega na cidade de Feira de Santana, com 42.239, o que equivale a 36,4%; logo após vem o comércio, com 37.840, ou seja, 32,6%, seguido da indústria, com 22.346 (19,3%); construção civil registrou 11.607, ou seja, 10% e, por fim, a agropecuária, com um total de 1.901, o que equivale a apenas 1,6% do pessoal ocupado.

Enfatizando os circuitos produtivos que envolvem a construção civil em Feira de Santana, no contexto dos números de pessoal ocupado, verificou-se que o setor da construção civil tem o segundo

menor contingente, só superando, o setor agropecuário. Nesse sentido, destaca-se que a construção civil, antes do ano 2000, tinha números inexpressivos no âmbito dos circuitos econômicos locais. Mas com o crescimento vertiginoso da construção civil, que tem como carro chefe o Programa Minha Casa, Minha Vida, Feira de Santana passou a ser referência desse projeto, em nível nacional, tendo o primeiro empreendimento entregue no âmbito dessa Política de Habitação no Brasil.

Importante realçar que o município de Feira de Santana conta com uma população estimada de 612.000 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE – 2014), sendo superada apenas pela capital baiana. Com o lançamento do programa “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal, já foram construídas e entregues, segundo membros da Secretaria de Habitação do Município (2015), um total de 12 mil residências, aproximadamente. Com o programa Minha Casa, Minha Vida III, serão construídas, segundo dados da Caixa Econômica Federal (2014), 38.145 unidades habitacionais, com um investimento de 2,1 bilhões, no município de Feira de Santana. Além desse programa há a “febre” dos condomínios fechados para classes de média e alta renda. Esse movimento no âmbito da habitação reflete também, em parte, um movimento maior que, guardadas as singularidades locais, estão ocorrendo em quase todo o Brasil.

Nesse sentido, com a construção de 38 mil moradias multiplicada por 4 pessoas em média por casa, configura-se 152 mil pessoas contempladas no Programa Minha Casa, Minha Vida. Se aqui em Feira de Santana moram 600 mil pessoas teremos a cada 4 pessoas uma que já recebeu a chave do Minha Casa Minha Vida. Com base nesse contexto, uma das consequências imediatas, verificada em Feira de Santana, fruto do programa Minha Casa, Minha Vida, são as transformações no plano da morfologia da cidade, no contexto da chamada urbanização extensiva, típica de alguns países subdesenvolvidos como o Brasil, cuja urbanização “drenou parte do capital, mas foi o alicerce da constituição de um modo de vida urbano pautado no uso do automóvel, na normatização do cotidiano...” (ALVAREZ, 2013, p.114). Nesse sentido, pode-se apontar o volume de capitais investidos em sua grande maioria na periferia espacial e social da cidade, o que, segundo a Caixa Econômica Federal, significa o montante de 2,1 bilhões na construção de residências desse programa em Feira de Santana.

Nessa perspectiva, segundo membros da Secretaria Municipal de Habitação (2014), é de grande relevância destacar que, entre os vários aspectos que contribuíram para que Feira de Santana se tornasse uma referência no contexto do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, evidenciara-se os seguintes: estudos sobre o déficit habitacional da cidade, 38 mil residências, coincidindo com os dados levantados pelo Ministério das Cidades; existência de um cadastro de famílias, já elaborado por essa Secretaria, que revelava o perfil sócio demográfico da população e que atendia aos critérios do programa; a disponibilidade de solo urbano com preços relativamente baixos, de fácil acesso para as áreas centrais da cidade e terrenos com boas condições físico-ambientais para o desenvolvimento do referido programa habitacional. No entanto, as implicações do programa no contexto da urbanização

extensiva já se dão no âmbito da legislação do município, com a criação de seis novos bairros na cidade.

Feira de Santana passa a contar com 50 bairros. O secretário de Gestão e Convênios, Arsênio Oliveira, explica que a expansão urbana está prevista na Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1992, e na Lei que rege sobre a criação de novos bairros, sancionada em 2004. “E, desde então, o município teve uma expansão muito grande, principalmente na área de construção civil, com a vinda do Programa Minha Casa, MinhaVida”, observa. Disponível em <http://www.feiradesantana.ba.gov> em 04 de mai.2015.

Essa realidade traz, atualmente, uma forte preocupação dos antigos moradores dos atuais bairros, que futuramente passarão a não mais pagar o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e sim o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que pode levar a perda de direitos de ruralistas. Nesse sentido, a aprovação do projeto, criando seis novos bairros em Feira de Santana, pela Câmara Municipal - está causando polêmica na cidade, como muito bem expressa a manchete do *Jornal a Tarde*, de 21 de julho de 2013, intitulado: *Projeto aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana*.

Como pode transformar nossa roça em um bairro? Vejo o nosso futuro ameaçado e acho que teremos muitas dificuldades para nos aposentar como pequenos agricultores, reclama trabalhadora rural Edezeuite de Souza, moradora de Mantiba, distrito de Jaíba. Disponível em <<http://www.atarde.uol.com.br>>. em 04 de mai.2015.

Nesse sentido, a expansão do tecido urbano de Feira de Santana está alterando o cotidiano da população dessas comunidades que, em conversas informais alega que as mudanças apenas mascaram uma forma de a Prefeitura arrecadar mais impostos com a cobrança não mais do ITR, mas do IPTU. Esses moradores não foram, em nenhum momento, consultados sobre essas mudanças, que iriam impactar o cotidiano de suas vidas.

3 O PROGRAMA MINHA CASA MELHOR E A ARTICULAÇÃO COM OS ESPAÇOS DE COMÉRCIO DA CIDADE

A reflexão acerca dos programas “Minha Casa Minha Vida” e “Minha Casa Melhor” tem relevância nesta pesquisa haja vista as implicações deles na compreensão do movimento responsável pela atual reprodução dos espaços de comércio e consumo da cidade, em especial da rede de supermercados e das lojas de materiais de construção. Esta realidade aponta uma das formas ou especificidades da concretização da sociedade burocrática de consumo dirigido, com especial atenção à programação, pelo Governo Federal, do consumo não só da habitação, como também de objetos como móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Essas ideias serão agora apresentadas.

Quem adquiriu casa nova necessita de equipá-la com móveis novos. Foi nesse sentido que o Governo Federal criou o cartão “Minha Casa Melhor”, seguindo algumas especificidades dessa linha de crédito, que se configura um desdobramento da “Minha Casa Minha Vida” (Quadro 1).

Quadro 1 - Algumas coordenadas do Programa “Minha Casa Melhor”, do Governo Federal em Feira de Santana - 2014

O QUE É?	O QUE POSSO COMPRAR?	QUANDO COMEÇO PAGAR?
Com o cartão Minha Casa Melhor, você tem até R\$ 5 mil de crédito para comprar móveis e eletrodomésticos e pagar em até 48 meses.	São mais de 13 mil lojas participantes em todo Brasil e 13 tipos de móveis e eletrodomésticos para mobiliar sua casa nova. Em Feira de Santana são 3.360 cartões, 11% de todo o estado da Bahia, com 31.042 desses cartões.	Começa a pagar depois de usar todo o valor contratado e se não usar tudo em quatro meses, você começa a pagar o que gastou nesse período a partir do quinto mês.
Você escolhe os produtos na loja, compra pelo preço à vista com direito a, no mínimo, 5% de desconto e depois vai pagando à CAIXA. Os juros são de 5% ao ano contra 16,54% em média cobrado pelo mercado.	Tipos de móveis:Lavadora; Refrigerador; Micro-ondas; Fogão; Sofá; Móveis para cozinha; Mesas maiores; cadeiras; Guarda roupa; Móveis para sala; Tablet; Cama de solteiro; TV digital; Cama de casal;	Só serão permitidos até duas novas contratações para o mesmo cliente, em condições equivalentes as do contrato principal.

Fonte: Caixa Econômica Federal. Adaptado por Claudio Ressurreição dos Santos, 2014

É interessante perceber como os circuitos referentes à construção civil impactam direta e indiretamente o setor comercial em Feira de Santana, quando se atrela a quantidade de habitações construídas e entregues pelo programa “Minha Casa Minha Vida” nessa cidade, com uma média de 12.000 casas, e a demanda potencial a ser gerada com a aquisição de novos móveis e eletrodomésticos.

Então, o Governo Federal criou o programa “Minha Casa Melhor” que, segundo as informações do Quadro 1, pode beneficiar até duas vezes os mutuários do programa, uma vez que disponibiliza o valor de R\$ 5 mil para cada linha de crédito, formando um total de R\$ 10 mil, caso haja renovação dessa linha de crédito. A entrevista com o gerente regional de atendimento ao cliente da Caixa Econômica de Feira de Santana, Sr. Ismael Boaventura Neto, complementa as informações expostas no Quadro 1 acerca do cartão “Minha Casa Melhor”. Essa entrevista foi concedida ao repórter Ney Silva, do Programa Acorda Cidade:

O benefício também está disponível para as pessoas que adquiriram um imóvel novo em uma construção isolada. Por exemplo, uma pessoa construiu uma casa em um terreno que já tinha e depois vendeu a um preço que se enquadra no programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, o comprador também precisa ter a renda que se enquadra no perfil do programa.

Ainda de acordo com Ismael, pessoas de 3 a 10 salários, que são daqueles empreendimentos que tiveram benefício do Minha Casa, Minha Vida, mas que foram comercializados junto às construtoras, também têm direito ao benefício. Disponível em:<<http://www.acordacidade.com.br>>, Acesso em: 8 de mai.2014.

Nesse sentido, a linha de crédito do cartão “Minha Casa Melhor” vai além desse programa, pois abarca outros tipos de aquisição de imóveis, como as unidades isoladas, o que demanda um universo ainda maior de bens duráveis financiados pelo programa. É necessário destacar, com base no Quadro 1, o elevado percentual de pessoas que já contempladas, na Bahia, por essa linha de crédito, com um total de 31.042 cartões entregues pelo programa, enquanto em Feira de Santana já foram contempladas com esse cartão 3.360 pessoas, o que equivale a 11% do estado da Bahia.

Antes de aprofundar a discussão, é importante ressaltar o papel do crédito, ou seja, a sua “universalização”, para compreender os novos conteúdos que dinamizam os espaços do comércio e do consumo, especialmente para os segmentos da sociedade de menor poder aquisitivo que, historicamente, sempre estiveram na rabeira das políticas creditícias do país.

A “universalização do crédito” é um movimento geral, envolvendo as múltiplas escalas da produção do espaço brasileiro, e materializando-se na dinâmica dos lugares. No caso desta pesquisa, focaliza o movimento na cidade de Feira de Santana, onde a difusão do crédito contribuiu, entre outros elementos, para a expansão das atividades do comércio, levando-se em conta que a sociedade brasileira se realiza não mais pela produção, mas pela alienação do consumo possibilitado pelo crédito.

Para garantir seu lucro, assim como o de seus acionistas, bancos e empresas de cartões de crédito contam mais com o serviço continuado das dívidas do que com seu pronto pagamento. Para eles, o “devedor ideal” é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas (BAUMAN, 2010, p.14).

Importante analisar que a sociedade capitalista, ao longo do processo, teve várias fases de acumulação do capital - a mercantilista, a industrial e a financeira - resultantes da junção do capital industrial e bancário. Essa fase de junção se radicaliza com um forte movimento de financiamentos, em escala global, que está na base da reprodução das relações sociais de produção, e que agora chega aos segmentos menos capitalizados da sociedade.

Essa passagem do texto de *Bauman* expressa uma das estratégias do capital que tem na universalização do crédito, uma intensificação da alienação no consumo, configurando mais uma estratégia para a reprodução ampliada do capital. Esse crédito chega agora aos segmentos da sociedade de menor poder aquisitivo, o que, em princípio, constitui-se uma estratégia positiva. No entanto, a forma como se dá o processo, seus meios e fins, aponta, mais uma vez, para o mecanismo de alienação, para o qual Estado capitalista tem papel relevante.

Uma das evidências dessa contradição é bem exposta pelo pensamento de *Bauman* (2010) quando, logo após o consumidor contrair essas linhas de crédito, o esforço maior das instituições financeiras é prolongar ao máximo a não quitação das operações uma vez que a situação demanda um serviço altamente lucrativo para o sistema financeiro, tendo em vista as elevadas taxas de juros cobradas pelo serviço da dívida contraída (crédito): quanto mais ela se alongar, mais o procedimento se torna lucrativo para o capital. Nesse sentido, essa reflexão se torna importante, pois como já dito

com a implementação da linha de crédito denominado movescar uma parcela significativa de mutuários já estavam endividados com a aquisição de móveis e eletrodomésticos a juros que beiravam em torno de mais de 16% ao ano.

Com base nessa realidade, é comum adquirir diversas mercadorias, como casa, carros, eletrodomésticos de toda sorte, móveis, roupas, calçados. E, no final do processo creditício, o consumidor já terá pagado o valor de dois, três ou mais objetos semelhantes ao adquirido inicialmente. É dessa perspectiva que se faz a crítica à forma como a universalização do crédito está chegando a esta nação: estamos diante de mais uma perversidade mascarada de benevolência por parte das empresas, e o Estado levando a sociedade a acreditar que todos estão no caminho certo. Esses bens que, em princípio, são essenciais para a vida, na verdade são atomizados, transformam-se em signos e sinais destituídos de história, imobilizando uma reflexão mais crítica do uso dos mesmos para a vida, em um sentido mais amplo do que o da mera lógica de mercado.

É preciso ressaltar aqui que não se assume uma posição contrária aos projetos como o Minha Casa, Minha Vida ou “Minha Casa Melhor”, que ajudam as pessoas a terem casa própria ou os equipamentos necessários ao desenvolvimento da “vida dita moderna”. A crítica que se faz refere-se às condições do processo. Ou seja, no contexto histórico de país periférico, sob a lógica capitalista, ainda se luta pela simples condição de permanecer na cidade, quando se sabe que muitos permanecem na cidade como moradores de rua, vivendo em condições de moradia sub-humanas, como pontes, viadutos, entre outros sítios inóspitos. No entanto, a “conquista” que está aí, fruto desses projetos habitacionais, restringe-se à dimensão do *habitat*, que é a expressão das moradias construídas a “toque de caixa”, do tempo da fábrica, e, portanto, da alienação. E o que se pode apontar como possibilidade para a sociedade brasileira é o nível do “habitar”, aquele com dimensão mais ampla, a da vida em sua totalidade e não restrita à lógica do consumo; sua centralidade é o homem e não o mercado.

Dessa perspectiva, tem-se uma moradia que atende mais à lógica do mercado do que a da vida; e, no plano interno da produção do espaço dessas residências, verificou-se uma programação baseada em padrões a serem seguidos na compra de móveis e eletrodomésticos, a exemplo daqueles denominados de linha branca (geladeiras, fogões, *freezer*, lavadoras, micro-ondas, mesas, cadeiras, entre outros). Com base em trabalho de campo e visitas a alguns moradores desses empreendimentos imobiliários (2015) observou-se, entre outros aspectos, que alguns cômodos das moradias, como as cozinhas, por exemplo, obedecem a um padrão, não havendo, então, grandes diferenças entre esses compartimentos (cozinhas) nas residências dos conjuntos habitacionais. Convém destacar os moradores que residem em casas e já adquiriram móveis e eletrodomésticos a partir da linha de crédito denominada Moveiscard, crédito voltado para a compra de bens de consumo duráveis e novos, exclusivo para os clientes da Caixa Econômica Federal e dos Programas Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa Melhor. Nesse sentido, constatou-se uma programação do cotidiano em uma das

dimensões mais relevantes para a realização da vida, a casa que, por sua vez, significa o espaço como se ele fora o prolongamento mais imediato do corpo.

Nesse sentido, o espaço é condição e produto dessas relações sociais, nas quais novos instrumentos financeiros são incorporados ao espaço, tendo como agente o Estado em parceria com grupos empresariais na forma de crédito ao consumo, do e no espaço, evidenciando-se, assim, mais uma estratégia do capital para a sua acumulação ampliada. Essa perspectiva demonstra que os diversos segmentos da sociedade, em especial os de menor poder aquisitivo, passam a consumir apropriando-se de capital antecipado.

Segundo Sergio Grossi (2013), diretor regional de operações no Nordeste da Via Varejo, empresa que administra as marcas Casas Bahia e Ponto Frio, a região Nordeste se configura como a mais promissora para o consumo de eletroeletrônicos e eletrodomésticos do país, em decorrência do crescimento da região, em razão do incremento na renda e, consequentemente, aumento do poder de compra do consumidor nordestino. É necessário reforçar que parte do aumento do poder aquisitivo da região Nordeste, além dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, deve-se à alienação do crédito (endividamento das famílias, juros sobre juros) e não ao aumento direto da renda via política salarial. “As mercadorias e os objetos mudam de sentido, posto que, em vez de designar uma coisa simples, articulada com o universo de necessidades imediatas, criam-se cada vez mais mercadorias que são estratégicas e políticas” (CARLOS, 1999, 174).

Nesse sentido os objetos técnicos, como eletrodomésticos, eletroeletrônicos, entre outros, perdem a sua dimensão histórica no contexto do lar; eles, que deveriam ter a função de acolhimento dos membros da família, tornam-se signos e sinais, destituídos de história, atomizados, preparando a casa para atender ao tempo frenético da fábrica e da lógica de mercado, alterando antigos laços familiares, já que não se dispõe mais do tempo para o encontro das antigas refeições, em momento de sociabilidade importante para o fortalecimento das famílias. Ainda Carlos (1999) confirma o raciocínio quando cita o caso da inserção de alguns objetos técnicos do setor de eletrodomésticos, como *freezer* e micro-ondas, que podem perfeitamente mostrar as transformações por que passa a mulher em seu relacionamento com a casa, em especial a cozinha, e a necessidade de acelerar o processo de preparo dos alimentos em decorrência do trabalho fora de casa.

Essa nova realidade tem implicações para a estrutura da vida cotidiana, quando emerge uma nova configuração espacial para essas pessoas que moraram nesses conjuntos habitacionais em relação a cidade fragmentada. “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.” (HELLER, 2008, p.32). No entanto, ao contrário do que a autora expõe, a produção do espaço da cidade capitalista fragmenta o cotidiano, tendo como referência a transformação do habitar em habitat. Nesse último (habitat), segundo Lefebvre (2004), ficou-se restrito às condições mais elementares da vida privada (alimentação, descanso e reprodução); no entanto, fragmentou a dimensão da vida

privada para outras dimensões como trabalho e lazer.

Defende-se, nesse contexto, que o crédito nessa perspectiva se dá pela via da alienação para o consumo de “signos e sinais”, e que uma das expressões dessa realidade é a linha de crédito “Minha Casa Melhor”, do Governo Federal. A rede de lojas dos grandes supermercados, lojas de departamentos e casas de materiais de construção civil, em Feira de Santana, são formas de comércio muito procuradas pelos consumidores com essa linha de crédito. O maior expoente dessas políticas creditícias é o cartão de crédito popular, “o chamado dinheiro de plástico”, utilizado em lojas ou redes de lojas credenciadas. É nesse contexto que emerge o maior programa de habitação e de linha de crédito para a aquisição de móveis e eletrodomésticos da América Latina.

Como consequência dessa política do Governo Federal, apresenta-se e se descreve o comportamento de algumas formas de comércio, em Feira de Santana, por ramo de atividade, sede e ano de instalação, relacionando-as aos programas “Minha Casa Minha Vida” e “Minha Casa Melhor”, através da linha de crédito denominada Moveiscard, voltada para a compra de bens de consumo duráveis novos, exclusiva para os clientes da Caixa Econômica Federal, pertencentes ao Programa “Minha Casa Minha Vida” (Quadro 2).

O Quadro 2 mostra as principais formas de comércio por setores de atividades, local da sede e ano de funcionamento em Feira de Santana, mostrando os seguintes aspectos: grande incremento da rede de supermercados e lojas de departamentos que passaram a comercializar móveis, eletrodomésticos; além das casas de materiais de construção, todas essas formas de comércio são contemporâneas ao início das políticas de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - (2008) e do programa “Minha Casa, Minha Vida,” fase I, com início em 2009, vigorando até 2011; a segunda fase, de 2012 – 2014, e uma terceira fase, a ser iniciada agora, em 2015. Importante observar que só em 2013 iniciou-se o programa Minha Casa Melhor.

Quadro 2 - Redes de supermercados, loja de departamento e casas de materiais de construção e o programa Minha Casa Melhor em Feira de Santana – BA – 2014

Supermercado e lojas departamentais		
GBarbosa (Cencosud)	Santiago do Chile	2000
Bom Preço (Wal-Mart)	Bentonville - EUA	1999
Todo Dia (Wal-Mart)	Bentonville - EUA	2009
Lojas Americanas	Niterói - RJ	1999
Material de construção		
Cerqueira Gonçalves	Feira de Santana	1919
Comercial Ramos	Salvador	2008
Tend Tudo	Salvador	2008

Fonte: Claudio Ressurreição dos Santos, 2014

As observações e entrevistas informais (2014) com o setor administrativo dos estabelecimentos do ramo de supermercados que comercializam eletrodomésticos são complementares

às informações apresentadas no Quadro 2, pois também revelaram, como grande contribuição para o aquecimento das vendas, a atuação do Governo Federal na implantação dos programas Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa Melhor. No entanto, antes mesmo desses programas, o Governo Federal já tinha criado uma política de redução do (IPI) para “eletrodomésticos da linha branca” (geladeira, máquina de lavar, fogão e tanquinho) e materiais de construção como já evidenciado.

Mello (2015) mostra o papel da redução de alíquotas do Imposto sobre Propriedade Industrial (IPI) no cenário da crise mundial de 2008. A redução de impostos tinha o objetivo de minimizar a crise com o aquecimento do comércio no ramo de eletrodomésticos de linha branca no Brasil. Assim, a dinâmica das vendas de eletrodomésticos e das formas de comércio apresentadas, especialmente as redes de supermercados e loja de departamentos, teve influência não só dos programas Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa Melhor, como também das políticas de redução de IPI, suspensas em 2013.

No que diz respeito ao setor supermercadista, destaque para o G. Barbosa que, apesar de se instalar em Feira de Santana em 2000, como mostra o Quadro 2, tem uma expansão significativa a partir de 2007 e 2008, com mais de 7 lojas em vários bairros da cidade. Na diversidade de produtos das lojas, inclui-se o setor de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, bens incluídos no programa “Minha Casa Melhor” das lojas parceiras. No entanto, é importante perceber que toda a expansão inicial do aquecimento das vendas ficou mais a cargo do programa de redução do IPI e Minha Casa, Minha Vida do que Minha Casa Melhor. Nesse sentido, reforçamos mais uma vez que os mutuários desse último programa, que adquiriram inicialmente as residências e compraram móveis, não foram beneficiados, inicialmente, pelo programa Minha casa Melhor, que implicava aquisição de móveis e eletrodomésticos com linhas de créditos com elevadas taxas de juros, superiores a 16% ao ano.

Já a rede de supermercados Bom Preço, do grupo *Wal-Mart*, chegou a Feira de Santana como uma das lojas âncoras do *shopping* Iguatemi, em 1999, e, atualmente, expande-se em diversos pontos da cidade com o formato vizinhança denominado “Todo Dia”. Todas as unidades inauguradas conforme esse modelo apresenta os setores de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, também beneficiados pela política de redução de IPI e, consequentemente, pelos programas Minha Casa, Minha Vida e posteriormente Minha Casa Melhor.

No que se refere as lojas departamentais, destaque para as Lojas Americanas, que se instalaram em Feira de Santana com a vinda do *shopping* Iguatemi para essa cidade, em 1999, e que recentemente, 2010, inaugurou a sua primeira loja fora do *shopping*, em pleno centro da cidade. Importante dizer que as Lojas Americanas desenvolvem uma agressiva estratégia de expansão em todo o Brasil, com o lançamento do programa "Sempre Mais Brasil", em 2009, que previa a inauguração de 400 novas lojas nos quatro últimos anos.

A menção às Lojas Americanas requer o resgate de uma importante observação de Pintaudi (2007), analisando as transformações no comércio da capital paulista. Para a autora, um dos elementos responsáveis pelas modificações no plano do setor produtivo é a industrialização como força motriz do

processo de redefinição das formas de comércio varejista. Para essa pesquisadora, as mudanças do processo produtivo via industrialização contribuíram para as transformações do comércio varejista na capital paulista, entre o início e meados do século passado, quando surgiram as primeiras lojas departamentais, como o Mappin, fundado em 1913, e, mais tarde, as Lojas Americanas, o que levou ao surgimento de uma nova técnica de venda, o auto-serviço, copiada pelos supermercados, hipermercados, entre outros. Era necessário acompanhar o aumento da produção atrelado ao aumento do consumo; daí essas novas técnicas de venda, hoje disseminadas por todo o Brasil e, no Nordeste, chegando a Feira de Santana, na periferia do capital nacional.

É bom ressaltar que com base em observações cotidianas no espaço de comércio de Feira de Santana, as formas de comércio que se instalaram anteriormente a esses programas (Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa Melhor) tiveram, a partir daí, de um modo geral grande crescimento, sendo o caso do setor de móveis e eletrodomésticos da rede de supermercados e as lojas Americanas.

Caso semelhante ocorre com o setor de materiais de construção, espacialmente com a loja denominada Cerqueira Gonçalves, que já tinha se instalado em Feira de Santana desde 1919, localizada na Avenida Presidente Dutra, próximo ao cruzamento com a Avenida João Durval Carneiro. A Cerqueira Gonçalves passou por um acelerado processo de estruturação, modernização e expansão de diversas lojas na cidade. Essa dinâmica decorre do *boom* da construção civil por que passa a cidade, e do ingresso das demais lojas de origem soteropolitana, a exemplo da Comercial Ramos e Tend Tudo.

O que há em comum entre essas três lojas é a suntuosidade de seus espaços, que passam a funcionar com aquela técnica do auto-serviço, iniciada no Brasil na década de 1950, como já acontecia nas Lojas Americanas e redes de supermercados, agora disseminada em algumas lojas de material de construção. Além da técnica do auto-serviço, verificam-se inúmeras outras técnicas como: código de barras, caixa registradora, carrinhos de compra, gôndolas expondo mimeticamente uma variedade de produtos para a construção, cartão de crédito, compras via internet, entre outras. Essas lojas de materiais de construção são espaços produzidosmeticulosamente para a encenação de cópias fiéis das lógicas da produção nos espaços dos hipermercados e *shoppings*.

Nesse contexto, aquilo que o escritor Ítalo Calvino remete à sociedade do hiperconsumo a partir de um conto do livro *Marcovaldo* (1994), *ou as estações da cidade*, parece se estender, agora, para as lojas de materiais de construção: “*showroom*”. Assim, é preciso refletir não só acerca dos hipermercados como também das suntuosas casas de materiais de construção como formas de comércio que, a partir do princípio da imitação, passam a permitir o livre serviço ou auto-serviço, que:

(...) é uma forma de venda caracterizada pelo livre acesso dos clientes às mercadorias, que pagam nas caixas colocadas perto da saída do estabelecimento. Requer embalagens padronizadas e obriga a uma arrumação diferente da loja, pois os artigos têm de ficar acessíveis ao cliente que caminha entre as prateleiras; deste modo, desaparece a divisão provocada pelo balcão entre o átrio, onde estão os

clientes e o espaço, onde se empilha as mercadorias, permitindo maior aproveitamento do espaço, com a exposição de maior volume de artigos (SALGUEIRO, 1995, p. 56).

Trazendo essa ideia para a lógica da produção do espaço, não só dos hipermercados, como também para esse novo formato das casas de materiais de construção, isto é, para além de suas aparências, em um contexto de sociedades capitalistas, cuja máxima é a obtenção do lucro, é necessário esclarecer a questão do suposto “livre acesso”. Em outras palavras, o acesso é “livre” para aqueles que têm dinheiro e, portanto, possibilidade de pagar pelo valor de troca embutido na mercadoria comercializada nessas formas de comércio.

Ainda nos hipermercados e casas de materiais de construção, os caixas são objetos carregados de semiologias, pois funcionam como verdadeiras “barreiras ou fronteiras”, indicando condição ou não de compartilhamento ou consumo desses espaços, de tal forma que a bateria de caixas está estrategicamente localizada na entrada de qualquer supermercado e, agora, de algumas casas de materiais de construção.

Nesse sentido, o *check-out* na caixa registradora representa a antiga barreira das formas de comércio tradicionais, como mercearias, vendas e quitandas, em que o atendimento mediatizado pelo grande balcão é substituído pela máquina registradora, resultante da técnica auxiliada pela ciência. Isso torna mais acelerada a lógica de acumulação do capital, ao mesmo tempo em que dá ao consumidor a impressão de autonomia para fazer suas escolhas, quando, na realidade, significa mais controle e vigilância nos gostos e preferências no ato de consumir.

Com base nesse panorama, resta refletir acerca das implicações para o cotidiano das pessoas, e para a extensão do espaço do comércio em Feira de Santana a partir do programa “Minha Casa Minha Vida” e Minha Casa Melhor e demonstrar, a fragilidade desse programa, como o estranhamento daqueles que, muitas vezes, venham a adquirir as unidades de habitação, ou melhor, de habitat.

Um primeiro aspecto dessa questão é a própria noção de habitar e habitat, muito bem trabalhada ao longo do pensamento lefebvriano: “é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível” (LEFEBVRE, 2001, p.19). Nesse sentido, o habitar tem uma dimensão mais ampla, a da vida, é uma condição para uma participação mais democrática na sociedade.

Nesse contexto os programas “Minha Casa Minha Vida” e, por extensão, “Minha Casa Melhor” são a expressão da política urbanística deste país, que afeta os lugares e, consequentemente, programam o cotidiano das pessoas para criar uma das grandes cegueiras que fundamentam a sociedade atual em torno da centralidade do mercado em detrimento do homem.

Ainda Lefebvre (2004) ajuda a pensar nessa articulação entre os programas “Minha Casa Minha Vida”, “Minha Casa Melhor”, o cotidiano programado e os espaços do comércio e consumo. É um cotidiano fabricado segundo os interesses da produção industrial e do consumo das mercadorias

produzidas nas indústrias, impondo uma repetição da vida. Nesse sentido, esse cotidiano, sob o jugo do tempo das empresas e sua racionalidade, anula o tempo dos homens, causando-lhes alienação. No entanto, para que as racionalidades das empresas no âmbito da produção cooptem o cotidiano das pessoas, é necessário o seu complemento, a produção alienante e alienada dos espaços do comércio e do consumo na venda de um dos signos e sinais em que a modernidade se anora: eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis. Ou seja, nada que a técnica atomizada possa resolver via produção de outra técnica, a do urbanismo, para atingir a sociedade burocrática de consumo dirigido a partir de moradias precárias, simples e do refugo da técnica, a exemplo dos eletrodomésticos da chamada “linha branca” (geladeira, máquina de lavar, fogão e tanquinho).

Com a crise econômica na atualidade, a política de crédito do Programa Minha Casa Melhor foi suspensa temporariamente por decreto do Governo Federal, alegando a necessidade de redefinição da mesma. Entre os vários fatores que contribuíram para essa realidade, convém ressaltar que grande parte dos mutuários desse programa de habitação tem rendas mínimas, conforme refere o jornal *O Estado de São Paulo*, em manchete intitulada: *Os problemas do programa Minha Casa Melhor*.

Empurrada à força pelo governo para a Caixa Econômica Federal (CEF), a linha de crédito subsidiado Minha Casa Melhor, para financiar a compra de móveis, aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos pelos mutuários do programa habitacional, não passou de um vôo de galinha. Um ano após o lançamento, só R\$ 2,75 bilhões foram contratados, dos quais R\$ 1,9 bilhão gasto de fato. Da verba total de R\$ 18,7 bilhões, 14,7% foram contratados até agora, revelando-se um tosco erro de cálculo. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br>>. Acesso em 20 de ago. 2014.

O motivo apontado pela reportagem é aqui sintetizado: desaquecimento da economia com a queda vertiginosa do número de operações desse crédito habitacional. As famílias, segundo a reportagem, revelam que após a compra de alimentos, sobra pouco para esse tipo de gasto, como moradia e mobiliário; muitas famílias que adquiriram as casas já possuíam móveis com prestações com juros mais elevados e parcelas a perder de vista; a inadimplência dos mutuários é elevada, o que dificulta a aquisição do crédito para o tão sonhado mobiliário da casa própria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho procurou compreender as implicações do programa Minha Casa Melhor para os espaços de comércio e consumo em Feira de Santana, com especial atenção para a rede de supermercados com ênfase no setor de eletrodomésticos, lojas departamentais, e as casas de materiais de construção civil.

No término desta pesquisa comprovou-se a indissociabilidade existente entre o programa Minha Casa Melhor e Minha Casa Minha Vida, de tal forma que, esse último projeto esta alterando fortemente o plano morfológico da cidade, com a expansão do tecido urbano da mesma, a que foi

chamada de urbanização extensiva fortemente, dependente do uso do automóvel e, consequentemente, normatiza a vida cotidiana. Ainda nessa perspectiva do cotidiano, se faz necessário repensar o impacto que esse programa esta desencadeando no plano de algumas comunidades que estão perdendo os direitos de aposentadorias por deixarem de pertencer a áreas reconhecidas no plano jurídico de rurais segundo os órgãos previdenciários.

De forma mais específica do programa Minha Casa Melhor, não podemos de deixar de apontar aspectos positivos desse programa, principalmente no que se refere a problemática da melhoria da habitação, constituindo um avanço social principalmente, por beneficiar os segmentos da sociedade de menor poder aquisitivo e excluído historicamente do crédito no Brasil. No entanto, a crítica se dá pela programação do consumo não só da habitação (habitat) como também dos objetos: móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos pela universalização do crédito (endividamento das famílias, juros sobre juros) e não pelo aumento direto da renda. Como já mencionado anteriormente, grande parte do endividamento se deu porque o programa Minha Casa, Minha Vida teve inicio em 2009, na chamada fase I do programa; mas só no final da fase II, de 2012 a 2015, implementou-se o programa Minha Casa Melhor. Então, grande parte dos mutuários desse projeto já tinham adquiridos móveis e eletrodomésticos com taxas de financiamento praticadas no mercado com juros altíssimo.

No plano do espaço de comércio a política creditícia do programa Minha Casa Melhor foi de grande relevância para o aumento das vendas de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, o que influenciou na abertura ou modernizações de novos estabelecimentos comerciais na cidade no ramo supermercadista, lojas departamentais e casas de materiais de construção civil em Feira de Santana.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, I.P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÉA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p.111-126.
- BARATA, S. T. **Do comércio a distribuição:** roteiro de uma mudança. Lisboa: Celta, 1995.
- CALVINO, I. **Marcovaldo ou as estações da cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARLOS, A.F.A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A (Org.) **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.p. 143-159.
- GROSSI, S . **Região Nordeste é prioritária para a expansão das Casas Bahia no país. São Paulo: 2013.**
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO**, 2014.
- JORNAL A TARDE. **Projeto aprovado cria seis novos bairros em Feira de Santana**. Feira de Santana, 21 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.atarde.uol.com.br>>. Acesso 04 de mai.de 2015.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os problemas do programa Minha Casa Melhor.** 04 de mai.de 2015.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. PINTAUDI, S.M. A cidade e as formas de comércio. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.p. 143-159.

MELLO, B.C.B. **O papel da redução do IPI no combate aos efeitos da crise econômica mundial no Brasil – 2015.** Disponível:<<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em 05 de mai.2015.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE – RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS- RAIS - 2013. 04 de mai.de 2015.

PINTAUDI,S. M. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.p. 143-159.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Seis novos bairros criados em Feira de Santana. 2013.

SILVA, N. PROGRAMA ACORDA CIDADE. **Mais de 3 mil pessoas já adquiriram o cartão Minha Casa Melhor em Feira de Santana.** Disponível em: <<http://www.acordacidade.com.br>>. Acesso em: 8 de maio de 2014.